



CÂMARA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN  
Rua Dr. Manoel Varela, 64 - Bairro Santa Águeda - Fone: 3274-4015  
e-mail – [camara@camaracmirim.com.br](mailto:camara@camaracmirim.com.br)

## PROJETO DE LEI Nº 013/2013 – PODER LEGISLATIVO

*“Cria a Lei de Responsabilidade Educacional no âmbito do Município de Ceará-Mirim e dá outras providências.”*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CEARÁ MIRIM**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 11, da Lei Orgânica Municipal, submete ao Plenário desta Casa a seguinte proposição:

**Art. 1º** o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Educação Básica apresentará ao Poder Legislativo/Câmara Municipal de Ceará-Mirim, relatório anual, contendo os indicadores educacionais da Rede Municipal de Ensino de Ceará-Mirim, até 120 (cento e vinte) dias após o término de cada ano letivo.

**Art. 2º** Os indicadores educacionais a que se refere o Art. 1º terão como parâmetros:

### **I – Alfabetização:**

- a) Taxa de analfabetismo da população com respectivas faixas etárias.
- b) Resultado de avaliações, provas e testes externos e internos aplicados aos estudantes da Rede Municipal de Educação.

### **II – Matrícula e Evasão Escolar**

- a) Número de alunos matriculados.
- b) Índice detalhados de evasão escolar da rede municipal de ensino.
- c) Número de vagas ociosas por nível de escolaridade.
- d) Taxa de distorção idade/série.

### **III – Docentes**

- a) Número total de professores concursados e contratados.
- b) Professores com pós-graduação “lato sensu”, em percentual.
- c) Professores com mestrado “lato sensu”, em percentual.
- d) Professores com doutorado “lato sensu”, em percentual.
- e) Remuneração média, piso e teto salarial dos professores por nível de ensino.

#### **IV – Programas**

- a) Relacionar os programas de valorização e capacitação docente desenvolvido para os professores da rede pública municipal de ensino.
- b) Relacionar os programas realizados em parcerias com a iniciativa pública ou privada e os valores aplicados a cada um.
- c) Relacionar os recursos aplicados na educação em geral e em cada programa, inclusive com a discriminação com publicidade se assim houver.
- d) Relacionar os recursos aplicados do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério - FUNDEB em âmbito municipal no exercício correspondente as informações.

#### **V – Rendimento Escolar**

- a) Índice de aprovação.
- b) Índice de reprovação em razão do rendimento escolar.
- c) Nota média obtida pelo município de Ceará-Mirim no índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

#### **VI – Infraestrutura**

- a) Relacionar o número total de unidades escolares da rede municipal de ensino, discriminando aquelas que possuem prédios próprios e as que estão em prédios alugados.
- b) Relacionar o total de unidades escolares que necessitam de recuperação da rede física de acordo com os padrões básicos construtivos determinados pelo Ministério da Educação – MEC.
- c) Relacionar o total de unidades escolares recuperadas nas suas instalações físicas de acordo com os padrões básicos construtivos determinados pelo Ministério da Educação – MEC.
- d) Relacionar o total de unidades escolares que possuem laboratório de informática.
- e) Relacionar o total de unidades escolares que possuem laboratório de ciências.
- f) Relacionar o total de unidades escolares que possuem biblioteca.
- g) Relacionar o total de unidades escolares que possuem quadra poliesportiva, se estão cobertas ou descobertas.
- h) Relacionar as atividades extracurriculares realizadas regularmente como dança, música, esportes, instrumentos de música, educação ambiental, outros.

**Art. 3º** Anualmente, a Lei que aprovar as Diretrizes Orçamentárias, deverá conter anexos com diagnósticos e metas relativas à educação, sempre atualizados para os próximos quatro anos, utilizando-se como parâmetros a realidade e os indicadores descritos na presente Lei.

**Art. 4º** Os Conselhos Municipal de Educação - CME, de Acompanhamento e Controle Social de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e o de Alimentação Escolar – CMAE encaminharão à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ceará-Mirim relatório anual de suas atividades.

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Vereador Paulo Antonio da Cruz, em Ceará Mirim/RN, aos 25 de julho de 2013.

---

JÁCIO LUIZ DA SILVA CRUZ  
**Vereador Proponente**

## **JUSTIFICATIVA**

Do ponto de vista da gestão fiscal, o Brasil obteve grandes avanços nos últimos anos, principalmente no que tange a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta Lei estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que previnam riscos e corrija, desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização como premissas básicas.

A aprovação de uma Lei definindo uma Lei de Responsabilidade Educacional que promova a transparências da gestão educacional, cobrando diagnósticos e metas com relação à qualidade do ensino, é assumir o compromisso prioritário com o desenvolvimento do município.

Teremos, com a aprovação desta Lei, condições de mapear a política educacional da cidade, o que representa ousadia política desta casa legislativa. A Lei de Responsabilidade Educacional tem por fundamento a radicalização de transparência na gestão pública e o fortalecimento da democracia participativa.

Com a aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional o parlamento poderá conferir os resultados das políticas educacionais implementados em nossa cidade, oferecendo, grande contribuição para a melhoria da qualidade de ensino.

**Jácio Luiz da Silva Cruz**  
**Vereador Proponente**